

O DISCURSO DO TURISMO SUSTENTÁVEL NO CONTEXTO DO PÓLO TURÍSTICO CABO BRANCO, JOÃO PESSOA, PB

Anna Karla Cavalcante Moura¹

Loreley Gomes Garcia²

RESUMO

Embora a atividade turística seja comumente associada à idéia de prática econômica sustentável, poucos são os exemplos, na realidade, que demonstram um turismo condizente com a lógica da sustentabilidade. Contraditoriamente, são muitos os exemplos de turismo predatório, que não beneficia a comunidade local e traz inúmeros prejuízos ao meio ambiente. Neste artigo, foi investigado o discurso do turismo sustentável no contexto do Pólo Turístico Cabo Branco, localizado no litoral sul do município de João Pessoa, Paraíba. Esta investigação teve como objetivo, identificar o discurso oficial em torno deste projeto turístico, confrontando retórica e prática, a fim de avaliar se a temática da sustentabilidade tem sido usada apenas para validar as políticas públicas ou se consiste em iniciativa séria em prol das questões sócio-ambientais locais. Os procedimentos metodológicos incluíram: análise de documentos relacionados com o Pólo Turístico Cabo Branco (Projeto e Estudo do Impacto Ambiental) e de jornais, revistas e documentos do governo acerca da área beneficiada pelo Projeto; análise de documentos acadêmicos que tratam dos impactos advindos da instalação do Pólo; visitas de campo a fim de identificar, *in loco*, os impactos advindos da instalação do Pólo; confronto entre o discurso oficial sobre o Pólo e os resultados obtidos na prática. Foi verificado que, embora o discurso oficial afirme tratar-se de um projeto que proporcionará benefícios ao meio ambiente, à comunidade local e que melhorará as condições econômicas da população, na prática, nota-se que as ações implementadas e propostas para a região estão desarticuladas com as questões de cunho ecológico e sócio-ambiental.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas, Turismo Sustentável, Discurso Oficial do Turismo.

INTRODUÇÃO

Em um contexto de crise ambiental global, cresce a busca por atividades que gerem um bom retorno econômico com mínimo impacto ambiental. A atividade turística tem sido comumente associada a esta imagem. A Organização Mundial de Turismo (OMT) aponta o

¹ Bacharel em Turismo, mestranda do PRODEMA-UFPB, bolsista do DAAD. akcmoura@gmail.com

² Socióloga, professora doutora do PRODEMA-UFPB. loreley@dse.ufpb.br

turismo como opção de prática econômica sustentável. Entretanto, poucos são os exemplos nos quais a atividade obteve resultados satisfatórios na busca pela sustentabilidade.

Além de associar o turismo à temática do desenvolvimento sustentável, o discurso oficial ainda costuma vinculá-la a outras idéias, como: atividade que gera emprego e renda, que melhora a qualidade de vida da população, que aquece a economia global... Uma expressão freqüentemente associada ao turismo e que merece destaque neste debate é a que afirma que a atividade turística é a “indústria sem chaminés”, graças ao seu potencial de produzir riquezas, sem agredir o meio ambiente. Nesta ótica, a atividade seria considerada uma espécie de indústria limpa, que não polui. Diante dos resultados dos atuais (e numerosos) estudos sobre os impactos ambientais advindos da atividade turística, tal afirmação se torna, no mínimo, leviana.

Ainda assim, o discurso oficial costuma só apresentar as vantagens do turismo, apropriando-se do discurso do desenvolvimento sustentável, um dos temas mais relevantes da filosofia governamental do século 21. Desta maneira, o Governo usa o debate da sustentabilidade para validar seus projetos, mesmo que estes não tenham, na prática, um perfil que possa ser julgado como sustentável.

Nas últimas décadas o turismo se consolidou como uma alternativa estratégica prioritária nos planos de Governo, principalmente nos estados do Nordeste e, neste contexto, a Paraíba não é uma exceção.

O Pólo Turístico Cabo Branco, objeto de estudo deste trabalho, localiza-se no litoral sul de João Pessoa, capital do estado da Paraíba. Seu projeto afirma buscar uma alternativa para o desenvolvimento sócio-econômico do estado, através do aproveitamento das potencialidades da região. O Pólo seria, de acordo com o discurso do Governo, a alavanca que impulsionaria de vez o desenvolvimento do turismo na Paraíba.

O projeto do Pólo Turístico Cabo Branco foi lançado em 1988, através do Plano de Desenvolvimento Turístico da Paraíba, apresentado naquele ano, pelo Governo do Estado. Entretanto, até hoje, nenhum dos empreendimentos previstos na proposta foram implantados. A única etapa do projeto cumprida foi instalação de infra-estrutura, graças a recursos do PRODETUR-NE I (Programa de Desenvolvimento de Turismo do Nordeste – Primeira Etapa). Mesmo assim, parte da infra-estrutura já foi destruída ou roubada (fios e encanamentos).

Nesse contexto, o estudo ora proposto buscou identificar a essência do discurso acerca do Pólo Turístico Cabo Branco, com o objetivo de confrontar retórica e prática, a fim de avaliar se a temática da sustentabilidade tem sido usada apenas para validar as políticas públicas ou se consiste em iniciativa séria em prol da população.

METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos utilizados para atingir o objetivo proposto neste estudo incluíram:

- (1) Análise de documentos relacionados com o Pólo Turístico Cabo Branco (Projeto e Estudo do Impacto Ambiental) e de jornais, revistas, artigos acadêmicos e documentos do governo acerca da área beneficiada pelo Projeto. Esta etapa possibilitou a definição das principais características do discurso oficial sobre o Pólo;
- (2) Análise de documentos acadêmicos que tratam dos impactos advindos da instalação do Pólo Turístico Cabo Branco (ROCHA, 2003; PEDROSA, 1999);
- (3) Visitas de campo a fim de identificar, *in loco*, os impactos advindos da instalação do Pólo;
- (4) Confrontamento entre o discurso oficial sobre o Pólo e os resultados obtidos na prática, levantados nas etapas (2) e (3) deste estudo.

O PÓLO TURÍSTICO CABO BRANCO

Foi desenvolvido, em 1988, o Plano de Desenvolvimento Turístico da Paraíba, que merece destaque, por ter sido o primeiro plano de turismo do Estado a ganhar uma maior abertura no cenário político e ter tido suas obras pelo menos iniciadas, o que não aconteceu com as iniciativas anteriores. O Plano de Desenvolvimento Turístico era composto, basicamente, pelo Projeto Costa do Sol (atualmente denominado Pólo Turístico Cabo Branco), cujo autor é o arquiteto Luciano Agra. Tal projeto foi inspirado no modelo turístico implantado no México que tem como principal representante o pólo de Cancún. Para sua elaboração, Luciano Agra, Ivan Burity (então presidente da PBTUR – Empresa Paraibana de Turismo) e diversos empresários da hotelaria paraibana fizeram uma visita oficial ao México, onde buscaram informações e tecnologias para a elaboração e implantação do projeto (LEAL, 2001).



Figura 1 – Laguna do Jacarapé, com destaque para a beleza da vegetação típica de mangue.
Fonte: Pedrosa, 1999.

A região reservada para o desenvolvimento deste projeto é uma área de relevante interesse econômico, privilegiada ecologicamente e de altíssimo valor paisagístico (Figura 1). É formada por uma faixa da orla marítima no litoral sul da cidade de João Pessoa (Figura 2) e envolve uma região de Mata Atlântica e ecossistemas a ela associados (restinga, mangue, laguna e estuário), bem como falésias e praias.



Figura 2: Localização do Pólo Turístico Cabo Branco.
Fonte: CRUZ (2000).

Para a área do Pólo Turístico, o PRODETUR-NE contemplou, em sua primeira etapa, obras de infra-estrutura (abastecimento de água, esgotamento sanitário e construção de estradas). Para a segunda etapa, são previstas, para o caso específico do Pólo, ações de recuperação ambiental. A partir daí devem ser implantados os equipamentos turísticos projetados para a área.

O projeto inicial previa a construção de 18 hotéis, marinas, zona comercial com um grande shopping Center, áreas de lazer, projeto das águas e cidade da criança, áreas residenciais e complexo esportivo que incluía a construção, inclusive, de um campo de golfe. Tudo isso seria construído em uma área pouco urbanizada, formada praticamente por resquícios de Mata Atlântica Secundária. A Figura 3 apresenta uma vista aérea de parte da área reservada à construção do Pólo Cabo Branco.



Figura 3 – Vista aérea da praia do Sol, com destaque para as falésias e ecossistemas associados à Mata Atlântica.

Fonte: Ricardo Paulo, 2000.

Pedrosa (1999) ressalta que para o projeto inicialmente concebido foi realizado o Estudo de Impacto Ambiental (EIA – março/89), que:

“[...] descreve os possíveis efeitos ambientais sobre os ecossistemas; faz uma previsão de prováveis acidentes, durante a implantação do projeto; e propõe programas ambientais (diretrizes políticas, estabilização de vertentes e proteção ao solo, planificação e preservação ambiental, manejo de bacia hidrográfica, manejo do solo e controle de erosão nas estradas)” (PEDROSA, 1999, p. 17).

No entanto, vale salientar que este Estudo de Impacto Ambiental não foi submetido à audiência pública (ROCHA, 2003).

O PÓLO TURÍSTICO CABO BRANCO NO DISCURSO OFICIAL

No discurso oficial, o Complexo Turístico Costa do Sol, hoje chamado de Pólo Turístico Cabo Branco, era (na época de seu lançamento) e continua sendo (até os dias atuais), apresentado como a alavanca que impulsionaria de vez o desenvolvimento do turismo na Paraíba.

O secretário da Indústria, Comércio e Turismo do Governo da época do lançamento do Projeto do Pólo Turístico (1988), Carlos Gláucio Sabino de Farias, chegou a afirmar:

“O Pólo Turístico Costa do Sol será a mais arrojada obra do Governo Tarcísio Burity, voltada para consolidar definitivamente o turismo no Estado, dando uma dimensão internacional a essa atividade, em face da qualidade da infra-estrutura que se implantará. [...] Tenho a mais absoluta convicção de que em futuro não muito longínquo, a atividade turística será um dos mais importantes centros dinâmicos da economia paraibana, particularmente nas cidades litorâneas” (PÓLO..., 1988).

Nota-se claramente que o Pólo Turístico era apresentado pelo Governo como um mega-empreendimento que impulsionaria a economia paraibana.

Em discurso entusiasmado, um caderno especial sobre Turismo no Jornal O Norte de 13 de julho de 1988 anunciava o Projeto Costa do Sol:

“A Paraíba entra na era do turismo, graças ao esforço da administração Tarcísio Burity e da iniciativa privada. O nosso litoral, riquíssimo em beleza natural, está se preparando para receber os turistas. São novos hotéis que surgem, incentivados com o nascimento do Projeto Costa do Sol de responsabilidade do Governo do Estado, que propõe o modelo de crescimento da capital na direção do litoral sul, após o Parque da Ponta do Cabo Branco, atendendo a uma necessidade imperiosa de preservar os sítios naturais e qualificar a ocupação nos terrenos apropriados à urbanização.

A nossa capital convive aleatoriamente com a manutenção no meio ambiente natural e fermentou, ao longo do processo secular de sua urbanização, uma mentalidade ‘preservacionista’.

Nesse sentido, busca-se resgatar esse notável traço de sua identidade cultural e encaminha o seu futuro segundo os mais rigorosos princípios de conservação ambiental, sem preconceitos contra a organização de atividades essenciais à sua valorização e à manutenção da qualidade de vida natural de sua paisagem. O projeto tem incluso uma avaliação do impacto ambiental, o que, sem dúvida, contribui decisivamente para definir os pressupostos do equilíbrio vital entre os assentamentos humanos e o meio ambiente, e objetiva promover uma ocupação ordenada do litoral sul de João Pessoa, entre a praia da Penha e a do

Cuiá, protegendo a natureza e reservando áreas de elevado potencial paisagístico para a instalação de hotéis de lazer – imprimindo-lhe o caráter de espaço turístico integrado ao meio ambiente” (PROJETO..., 1988).

No discurso acima destacado, nota-se a associação entre o Pólo Turístico e a postura/mentalidade “preservacionista”, deixando-se claro que havia uma preocupação com os aspectos ambientais do projeto.

Em 1995, Chico Franca, o então prefeito de João Pessoa, afirmou que: “a implantação dos projetos Costa do Sol e Cabo Branco, a construção de novos hotéis e uma política mais agressiva para a nossa orla marítima levarão, por certo, nos próximos anos, a cidade de João Pessoa a se transformar no principal pólo turístico da região” (JOÃO PESSOA..., 1995).

No ponto de vista do superintendente da SUPLAN (Superintendência de Obras do Plano de Desenvolvimento do Estado da Paraíba), Vicente Matos, é importante que o Pólo Turístico seja uma realidade por causa da geração de empregos. Com suas palavras:

“Retomar o processo de implantação do Pólo Turístico Cabo Branco significa oferecer à região polarizada pelo Município de João Pessoa um equipamento fundamental para o desenvolvimento do chamado Turismo de Negócios e também do Turismo de Eventos, promovendo a criação de novos postos de trabalho temporário, durante a realização das obras, e permanente, após a conclusão das mesmas” (CONCORRÊNCIA..., 2007).

Assim, percebe-se que o Governo justifica os investimentos na área do Complexo Turístico Cabo Branco, afirmando que alavancará de vez o turismo na Paraíba, gerando emprego e renda, respeitando o meio ambiente e promovendo o desenvolvimento sustentável da região.

O PÓLO TURÍSTICO CABO BRANCO NA PRÁTICA

Hoje, quase 20 anos após a elaboração do Projeto do Pólo Turístico Cabo Branco, muito pouco do que estava descrito no projeto foi posto em prática. Com as palavras do próprio Governo, o Pólo encontra-se entravado (NEVES, 2003). A única coisa que foi feita, até então, foi a construção da infra-estrutura necessária para a implantação dos equipamentos turísticos e, como foi dito anteriormente, aos poucos, as instalações vão sendo destruídas pelo

tempo ou furtadas (fios e encanações). Além disso, foram muitos os impactos verificados no decorrer das obras e muitos foram os conflitos gerados. O andamento das obras chegou a ser embargado pelo IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e o processo de recuperação dos danos causados não tem obtido o sucesso desejado.

“A experiência adquirida na fase inicial do Pólo Turístico, durante a implantação das vias de acesso, demonstra claramente a necessidade de se promover a harmonia entre as ações antrópicas e a natureza. Naquela época, foram registradas pelo antigo IBDF [Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal] e, posteriormente, pelo IBAMA, intervenções ambientais (desmate de resquícios da Mata Atlântica, desmonte de falésias, aterro de mangue e corte de vegetação, em áreas de preservação permanente), cuja intensidade promoveu o embargo da obra” (PEDROSA, 1999, p. 16-17).

Na carta de riscos ecológicos desenvolvida para o Projeto, Pedrosa (1999) percebeu, após uma análise acurada, “que foram enfatizados os processos inerentes ao meio físico, em detrimento do meio biótico” (p. 85). Isso levou as áreas sujeitas à tensão biótica no EIA/89 a se restringirem a: 1) vales dos rios Aratu, Jacarapé e Cuiá, destacados por serem, fitogeograficamente, portadores de formações pioneiras (mangue e restinga), além de apresentarem resquícios de floresta densa aluvial; 2) zona de proteção das falésias, em função de sua vulnerabilidade e por constituir área de nidificação de répteis e aves.

“Assim sendo, toda a cobertura vegetal que está presente no restante da área, principalmente, nos topos aplainados, eleitos como os mais adequados para a implantação dos diversos equipamentos projetados, é citada como tabuleiro degradado ou capoeira, destacando-se, repetidamente, a forte degradação provocada pelo homem, o que justificaria, aparentemente, a prioridade na utilização daqueles espaços. Desta forma, estas áreas são consideradas como estáveis, sob o ponto de vista do meio físico, funcionando a cobertura vegetal remanescente apenas como agente de manutenção do equilíbrio do solo, minimizando-se a real importância e riqueza do equilíbrio do solo, minimizando-se a real importância e riqueza do ecossistema como um todo” (PEDROSA, 1999, pp. 85-86).

A partir do que foi argumentado acima pelo autor, percebe-se que o EIA apresentado mascarou a real importância de determinados recursos existentes na área, a fim de validar e justificar a construção dos empreendimentos previstos no projeto. O autor evidencia ainda que

o EIA é anterior ao Decreto N° 750/93 que dispõe sobre o corte, a exploração e a supressão de vegetação de Mata Atlântica Primária ou Secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração. Hoje, esta norma reforça, sob o ponto de vista legal, a importância dos resquícios de Mata Atlântica existentes no local.

Outra coisa que deve ser levada em consideração é que o EIA foi elaborado em 1989 e quase 20 anos mais tarde, a vegetação pode ter se regenerado, apresentando um perfil completamente diferente do apresentado na época do Estudo. Pedrosa afirma que este fato “só ressalta a necessidade de se adotar redobrada atenção na interpretação da carta de riscos ecológicos, inclusive, com o redirecionamento do projeto inicialmente concebido” (p. 85). O autor ainda afirma que o EIA faz uma abordagem muito superficial quanto ao programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos positivos e negativos.

Rocha (2003) afirma que a proposta do Complexo Turístico Cabo Branco repete as formas indevidas de apropriação do espaço natural desarticulado com a questão sócio-ambiental, não constituindo relação com a estrutura urbana da cidade nem contribuindo para a qualidade de vida dos seus cidadãos. A autora destaca que grande parte do desmatamento da vegetação nativa da região é devida à implantação do pólo turístico, que não chegou a ser implementado. Entretanto, a capacidade de resiliência da natureza e tentativas de reflorestamento estão, aos poucos, recuperando as áreas atingidas.

Outra crítica que se faz às políticas públicas referentes ao Pólo, é que o investimento do exterior é supervalorizado. Qualquer oportunidade é válida para o Governo do Estado buscar estimular investidores externos.

O atual governador do Estado, Cássio Cunha Lima, chegou a afirmar que “o nosso grande foco é, sem dúvida, a consolidação do Pólo Cabo Branco para lá termos as bandeiras internacionais, que é o que o Estado precisa” (FARIAS, 2003). Tal afirmação foi feita em entrevista na qual o governador justificava uma viagem à Europa na tentativa de atrair investidores de Portugal e Espanha. Há também a tentativa de atrair investidores de Dubai (PARAÍBA, 2003).

“Os países tropicais pobres, de modo geral, iniciaram a exploração da atividade turística com o turismo de sol e praia, para atender aos países ricos, ao capital proveniente das corporações internacionais, oferecendo as condições favoráveis à instalação das redes hoteleiras e resorts internacionais. Com a alocação dos equipamentos turísticos, entretanto, especialmente os hotéis e resorts, causaram uma série

de impactos socioambientais, com investimentos que são questionados, alguns deles embargados e outros com a mitigação dos impactos ambientais” (CORIOLANO, 2006, p. 139).

A autora acima destaca problemas que têm sido gerados a partir desta busca/valorização do investimento estrangeiro em mega-projetos turísticos.

Questiona-se ainda o fato de o Pólo Turístico Cabo Branco ser inspirado em experiências mexicanas como a de Cancún, pois estudos vêm comprovando que a atividade turística, da maneira como foi planejada naquele país, não tem ajudado a solucionar seus problemas estruturais. López (2001, *apud* CORIOLANO, 2006), ao estudar a atividade turística no México, chegou à conclusão de que o turismo nos países subdesenvolvidos obedece a relações de dependência com o exterior, muito maior do que com determinantes das necessidades locais. Ele afirma ainda que “o turismo não se propõe a apoiar as atividades econômicas do litoral mexicano, pois os diretamente beneficiados são os investidores estrangeiros” (CORIOLANO, 2006, p. 107). O autor defende ainda que a falta de apoio às atividades produtivas tradicionais tem impedido que a agricultura, a pecuária, a pesca e a indústria se desenvolvam de maneira satisfatória, uma vez que a população tem preferido buscar empregos, mesmo que nem sempre estáveis, no setor turístico.

Construções mal planejadas e mal executadas na PB-008 (Figura 4), principal via de acesso ao Pólo Turístico, causaram danos ambientais graves aos recursos hidrográficos locais. Os cursos dos rios Aratu e Jacarapé foram alterados. Este primeiro teve a vazão de água para o mar prejudicada e o segundo teve sua vazão para o mar praticamente impossibilitada. A água fica represada de um lado da rodovia e, a não ser que chova bastante, não passará para o outro lado da mesma, não chegando a alcançar o mar. No local onde antes costumava passar o rio Jacarapé, entre o mar e a PB-008, cresceu vegetação, uma vez que a passagem da água foi interrompida.

Ao invés de favorecer o desenvolvimento de uma atividade turística que viesse a servir como forma de desenvolvimento sustentável da localidade, a rodovia serviu para acelerar a especulação imobiliária nos municípios do litoral sul (Conde e Pitimbu), levando as praias locais a um crescimento desordenado e sem nenhum planejamento. Há grande deficiência nos serviços de infra-estrutura básica da região, a saber: coleta de lixo, limpeza, arborização e manutenção das vias, abastecimento de água, esgotamento sanitário, etc.



Figura 4 – Vista aérea da PB-008.
Fonte: Governo do Estado da Paraíba.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O discurso oficial do turismo tem defendido a bandeira do efeito multiplicador da atividade e da geração de emprego e renda, muitas vezes citando inclusão social e preservação ambiental como argumentos para validar e legitimar suas ações. Neste processo de legitimação, o desenvolvimento sustentável surge como um discurso de fácil aceitação e assimilação no meio governamental, como se sua simples evocação já resolvesse todos os problemas ambientais, sociais e econômicos automática e inequivocamente.

No caso do Pólo Turístico Cabo Branco, o discurso oficial tem pregado a lógica da sustentabilidade, mas tem seguido a lógica do mercado, havendo um distanciamento significativo entre discurso e ação. Embora no discurso seja demonstrada uma grande preocupação com as comunidades locais e com o meio ambiente, nota-se que, neste caso, houve uma apropriação indevida do meio natural, de maneira desarticulada com as questões de cunho ecológico e sócio-ambiental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CONCORRÊNCIA lançada para o Centro de Convenções. **A União**, 02 de março de 2007. Disponível em: < http://www.auniao.pb.gov.br/v2/index.php?option=com_content&task=view&id=5787&Itemid=1 >. Acesso em: 17 de maio de 2007).

CORIOLOANO, L. N. M. T. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006.

CRUZ, R.C. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2000.

FARIAS, V. **Cássio busca investidores para Pólo do Cabo Branco**. O Norte, Política, 02 de agosto de 2003.

JOÃO PESSOA, o turismo como sua principal opção. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 05 de agosto de 1995.

LEAL, W. **O real e o virtual no turismo da Paraíba**. João Pessoa: Arpoador Gráfica, 2001.

NEVES, A. CONDETUR faz 2ª reunião do ano. **Governo da Paraíba Notícias**, 2003. Disponível em: < http://setde.pb.gov.br/noticia%20029_07.shtml >. Acesso em: 17 de maio de 2007.

PARAÍBA busca investidores árabes para complexo hoteleiro. **Governo da Paraíba Notícias**, 19 de novembro de 2003. Disponível em: < http://www.paraiba.pb.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=13078&Itemid=2 >. Acesso em: 01 de outubro de 2007.

PEDROSA, I. L. **A gestão ambiental e o Pólo Turístico Cabo Branco: Uma abordagem sobre desenvolvimento e meio ambiente**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1999.

PÓLO Turístico vai ser a mais arrojada obra do Governo Burity. **O Norte**, João Pessoa, Turismo, 13 de julho de 1988.

PROJETO Costa do Sol, iniciativa prioritária do Governo Burity. **O Norte**, João Pessoa, Turismo, 13 de julho de 1988.

ROCHA, C. S. **Estudo das alterações na paisagem e proposta de ocupação sustentável para a área de implantação do Complexo Turístico Costa do Sol – município de João Pessoa – PB**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2003.